

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - DIURNO

Katiâni do Carmo Lazzarotto

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO
EDUCACIONAL INCLUSIVO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS

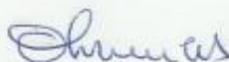
Santa Maria, RS
2018

Katiâni do Carmo Lazzarotto

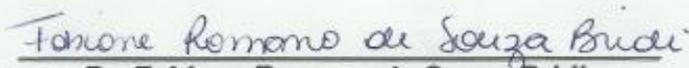
**PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL
INCLUSIVO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS**

Artigo de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Educação
Especial Licenciatura Plena Diurno,
da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS) como requisito
parcial para obtenção de grau de
Licenciada em Educação Especial.

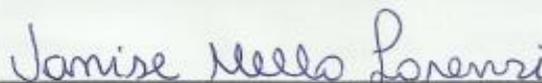
Aprovado em 10 de dezembro de 2018:



Dr. Eliana da Costa Pereira de Menezes.
(Orientadora)



Dr. Fabiane Romano de Souza Bridi.



Me. Vanise Mello Lorenzi

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

A realização deste presente trabalho marcam duas etapas muito importantes em minha vida. Como primeira delas, posso dizer que a partir da sua conclusão, encerro minha trajetória enquanto acadêmica no curso de graduação em Educação Especial – Licenciatura plena, pela Universidade Federal de Santa Maria / UFSM, a qual com toda certeza serviu de amadurecimento para mim enquanto ser humano. Como segunda etapa, significa o início de uma nova trajetória, sendo agora esta como uma profissional na área.

Este percurso de formação teve o envolvimento de diversas pessoas as quais cada uma delas, em sua forma individual contribuíram para que isto se tornasse possível e que se concretizasse. Em primeiro lugar, presto meus agradecimentos a Deus, que esteve sempre presente comigo e que me deu forças para superar alguns momentos de problemas pessoais que passei e que com certeza me guiou e me orientou sempre na caminhada.

Agradeço imensamente a minha mãe Ivoni do Carmo Lazzarotto e meu pai Luiz Lazzarotto, por todo o acompanhamento e apoio prestado durante estes quatro anos de formação, mesmo não podendo se fazer presentes comigo pessoalmente todos os dias. Tenho a certeza que sem o envolvimento e participação de ambos, esta conquista também não seria possível.

Ao meu irmão Oneide Lazzarotto e minha cunhada Tayane Kuplich, aos quais considero como segundo pai e segunda mãe, pois para mim foi isso que eles significaram em todo o meu percurso acadêmico e que ainda significam. A estes sou grata pelos momentos de presença, auxílio, envolvimento e participação que tiveram, aos quais também tenho a certeza que foram essenciais para que eu chegasse aonde estou hoje. Agradeço ainda aos demais familiares que conviveram comigo durante este processo e que acompanharam prestando o seu apoio de incentivo.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação, pelos ensinamentos prestados. Em especial a professora Eliana da Costa Pereira de Menezes a qual aceitou o convite de ser minha orientadora na realização deste estudo e a qual possibilitou que a realização do mesmo se concretizasse. Gostaria de deixar claro o imenso carinho e admiração que tenho a ela, enquanto pessoa e também profissional.

Aos componentes de minha banca, Professora Fabiane Romano de Souza Bridi e Professora Vanise de Mello Lorensi, presto meus agradecimentos por terem aceitado fazer parte também deste trabalho, pois suas colocações e sugestões foram de grande valia para o aprimoramento do mesmo. Agradeço ainda, a Secretaria de Município de Educação – SMEd de Santa Maria – RS, por ter aceitado o convite de colaborar com o meu processo de coleta de dados para a realização deste trabalho.

Para finalizar, presto meus agradecimentos aos colegas e amigos que conviveram comigo e se fizeram presentes durante essa trajetória. Em especial a minha amiga Daiane Carvalho da Silva a qual foi minha companheira de jornada acadêmica, minha dupla nos estágios e em outros momentos também fora da formação a qual dividi angustias, tristezas e também alegrias.

A todos vocês, o meu muito obrigada!

RESUMO

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL INCLUSIVO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS

AUTORA: Katiâni do Carmo Lazzarotto

ORIENTADORA: Profa. Dra. Eliana da Costa Pereira de Menezes

A emergência de políticas de inclusão escolar tem apresentado à escola desafios para organização de suas práticas. Considerando que cada sistema escolar possui características e condições específicas para a implementação dos princípios legais que amparam as ações inclusivas, apresenta-se a presente pesquisa a qual foi desenvolvida para a elaboração de um Trabalho Final de Graduação do Curso de Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria/RS. Seu objetivo era o de compreender como está organizada a gestão das práticas de Educação Especial no contexto da educação inclusiva no município de Santa Maria - RS. O estudo organizou-se metodologicamente a partir da análise de documentos legais que amparam as ações da Educação Especial no município e também da análise de uma entrevista realizada com uma representante da Secretaria de Município da Educação - SMed. Tais dados, foram analisados a partir de autores que tomam a educação inclusiva como objeto de suas pesquisas, entre eles Garcia, Baptista, Prieto, Capellini, Mittler, Acorsi e Rech, aos quais possibilitaram a compreensão das ações do município com vistas à identificação do que pode potencializar as práticas que nele são desenvolvidas. Percebeu-se que o município atualmente encontra desafios, mas ao mesmo passo em que a Secretaria visualiza-os, planeja ações e propostas com o intuito de que eles venham a ser superados. Constata-se que as práticas que vem se desenvolvendo no município vem se operando de forma satisfatória pelo fato de existir um movimento pela busca do fortalecimento do trabalho que já vem sendo realizado.

Palavras-chave: Práticas de Educação Especial, Educação inclusiva, Gestão.

ABSTRACT

PRACTICES OF SPECIAL EDUCATION IN THE INCLUSIVE EDUCATIONAL CONTEXT IN THE MUNICIPALITY OF SANTA MARIA / RS

AUTHOR: Katiâni do Carmo Lazzarotto

ORIENTADORA: Profa. Dr. Eliana da Costa Pereira de Menezes

The emergence of school inclusion policies has presented the school with challenges to organize its practices. Considering that each school system has specific characteristics and conditions for the implementation of the legal principles that support the inclusive actions, it is presented the present research which was developed for the elaboration of a Final Graduation Work of the Undergraduate Course in Special Education of the University Federal of Santa Maria / RS. Its objective was to understand how the management of Special Education practices in the context of inclusive education in the municipality of Santa Maria - RS is organized. The study was organized methodologically based on the analysis of legal documents that support the actions of Special Education in the municipality and also the analysis of an interview with a coordinator of the Municipality of Education Secretariat (SMEd). These data were analyzed from authors who take the inclusive education as object of their research, among them Garcia, Baptista, Prieto, Capellini, Mittler, Acorsi and Rech, which enabled the understanding of the actions of the municipality with a view to the identification of the which can enhance the practices that are developed in it. It was noticed that the municipality currently faces challenges, but at the same time that the Secretariat visualizes them, it plans actions and proposals with the intention that they will be overcome. It is observed that the practices that have been developing in the municipality have been operating satisfactorily due to the fact that there is a movement for the search of the strengthening of the work that has already been carried out.

Key words: Special Education Practices, Inclusive Education, Management.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	09
2 METODOLOGIA.....	12
3 O SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO E A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SANTA MARIA/RS.....	15
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXOS.....	08

ANEXOS

ANEXO A – Carta de Apresentação	39
ANEXO B - Autorização Institucional para realização da pesquisa.....	40

1 APRESENTAÇÃO

Ao optar por olhar para processos de inclusão escolar como tema para vir ser abordado no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, estando vinculado ao curso de Educação Especial Diurno da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, diversas razões poderiam ser aqui apresentadas. Provavelmente essas estão relacionadas aos assuntos estudados e discutidos ao longo do processo de formação acadêmica, participações em grupos de pesquisa e de extensão, bem como às vivências proporcionadas nas escolas durante esse processo, seja na situação de observador, seja na condição de estagiária, além de tantas outras práticas que de alguma forma ou outra poderiam neste momento vir a serem discutidas, mas algo em específico acabou por se sobressair.

Mais especificamente entendo que o interesse pela escolha do tema deste estudo surgiu a partir da realização de um trabalho de observações em uma turma de terceiro ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal da cidade de Santa Maria – RS, desenvolvido no sétimo semestre do curso na disciplina EDE 1017 – Alternativas Metodológicas para o aluno com Déficit Cognitivo e que serviria como um modo de inserção no último estágio. Nasceu, através da escuta dos relatos da professora regente da turma a qual acompanhei durante o processo de observações, sobre a sua dificuldade em pensar, planejar e desenvolver práticas e propostas pedagógicas que fossem capazes de vir a contemplar as necessidades e as dificuldades dos alunos que encontram-se em processo de inclusão escolar na turma a qual atua.

Essa experiência de escuta do relato, despertou-me a curiosidade e o interesse por buscar **compreender como está organizada a gestão das práticas de Educação Especial no contexto da educação inclusiva no município de Santa Maria - RS**. A escolha deste tema justifica-se pela vontade em buscar entender como se desenvolve o processo de inclusão dos alunos público alvo da Educação Especial (alunos com deficiência, alunos com altas habilidades/superdotação e alunos com transtorno do espectro autista) nas escolas do município, bem como visualizar e compreender como ocorre o processo de atuação e execução das práticas pedagógicas dos professores da classe regular de ensino para esses alunos, além de verificar ainda, ações desenvolvidas no município dentro desse contexto da educação inclusiva.

Nos dias de hoje, vivenciamos um contexto educacional inclusivo, o que significa dizer que todos os alunos considerados público alvo da Educação Especial possuem o mesmo direito dos demais, direito esse de estarem matriculados e de frequentarem a mesma sala de aula em uma escola comum de ensino. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

[...] os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE, complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (p.6).

Vale dizer ainda, que desde a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDBEN/96, passou-se a organizar-se as práticas escolares a partir de princípios educacionais inclusivos e na atualidade, a partir da Política de 2008 e da Lei Brasileira de Inclusão (2015) esses princípios encontram-se mais presentes na escola. O capítulo V da LDBEM/96 dispõem sobre a Educação Especial da seguinte forma:

Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
 § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial.
 § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
 § 3º A oferta de Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (p.25).

Este capítulo traz ainda que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
 I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
 II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
 IV – Educação Especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
 V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (p.25).

Isso significa dizer, que não basta apenas a escola incluir esse aluno em sala de aula, de modo a se ter um número a mais de matrícula, um aluno a mais em sala de aula, é preciso que esse sujeito realmente seja incluído como aluno, e passe a estabelecer relações de aprendizagem na escola. Para que isso ocorra, é necessário que junto a esses estudantes atuem profissionais com formação específica para o atendimento educacional especializado, bem como professores atuantes na classe comum de ensino preparados para recebe-los.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) define que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum não sendo substitutivas à escolarização. Este atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (p.11)

Dessa forma, se faz necessário a realização de um trabalho de parceria e de articulação entre esses profissionais, a fim de que as experiências e saberes de um contribua e favoreça no aperfeiçoamento do trabalho do outro, assegurando o desenvolvimento de planejamento de práticas de ensino mais significativas e efetivas, que sejam condizentes as especificidades de cada aluno, favorecendo e contribuindo para o processo de desenvolvimento da aprendizagem destes alunos.

Tais questões serão discutidas ainda na continuidade do trabalho, a partir de autores como Garcia (2011, 2013), Baptista (2011), Prieto (2007), Rech (2011), Capellini (2008), Mittler (2003), Acorsi (2009), aos quais são autores que tomam a educação inclusiva como objeto de suas pesquisas.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo, utilizou-se como abordagem a pesquisa de cunho qualitativa pelo fato desta melhor adequar-se ao propósito desta investigação, permitindo assim uma visão mais ampla acerca do problema levantado. Para Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p.22).

Como técnica para a coleta dos dados utilizou-se a entrevista estruturada. Segundo Junior et al (2011) a entrevista estruturada:

[...] se desenvolve a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados [...]. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais (p.240).

Em um primeiro momento a entrevista realizada foi gravada e posteriormente transcrita. Tal entrevista contou com a colaboração da coordenadora de Educação Especial da Secretaria de Município de Educação – SMEd, da cidade de Santa Maria - RS, tendo como lócus da pesquisa a Coordenação de Educação Especial da SMEd de Santa Maria. Segundo a Lei Municipal nº 5189, de 30 de abril de 2009, seção VI, Art. 41:

A Secretaria de Município da Educação tem como finalidade, o planejamento, proposição, articulação, coordenação, execução e avaliação das políticas educacionais do Sistema Municipal de ensino, em sintonia com órgãos Federais, Estaduais e com o Conselho Municipal da Educação – CME (p.13).

O desenvolvimento da entrevista teve a duração de uma manhã, sendo que esta foi realizada por meio de dez questões abertas pertinentes ao tema deste estudo, sendo elas apresentadas no quadro a seguir:

1	Como a SMEd se estrutura em termos de equipe de profissionais para pensar a educação inclusiva?
2	Quais as principais diretrizes da SMEd com relação a Educação Especial e sua organização diante do contexto educacional inclusivo?
3	A inclusão de alunos por turma conforme consta no cap. 16 da RESOLUÇÃO CMESM Nº 31, de 12 de dezembro de 2011, segue os mesmos padrões de número máximo de alunos que podem estar incluídos por turma ou houve um aumento / diminuição nesses números?
4	Em média, quantas Educadoras (es) Especiais atuam no município? A maioria possui graduação na área ou apenas especialização?
5	A Sala de Recursos Multifuncionais é algo que se faz presente na maioria das escolas? Quantas as possuem em média?
6	Número de alunos em processo de inclusão matriculados atualmente? Esse número tem aumentado gradativamente nos últimos anos?
7	Sobre o PRAEM, ele se configura como espaço de Atendimento Especializado? Em linhas gerais como ele desenvolve suas práticas?
8	Como o ensino colaborativo tem se desenvolvido nas escolas? É algo que se faz presente na grande maioria ou ainda há muitas resistências?
9	Sobre a formação continuada dos professores, há ações específicas?
10	De maneira geral, quais os principais avanços e dificuldades com relação a articulação entre as práticas de Educação Especial e ensino comum no contexto da escola inclusiva?

Quadro 1 – Estrutura da entrevista realizada. Fonte: autoria própria.

Além da entrevista realizada, alguns documentos tiveram importante papel para o processo de análise, sendo estes apresentados no quadro a seguir:

DOCUMENTO	ANO	OBJETIVO
Resolução CMESM nº 31.	12 de dezembro de 2011.	Define Diretrizes Curriculares para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria – RS.
Lei nº 6001.	18 de agosto de 2015.	Estabelece o Plano Municipal de Educação e dá outras providências.
Lei nº 6146.	3 de Agosto de 2017.	Institui o Plano Plurianual do Município de Santa Maria para o período de 2018 a 2021.

Quadro 2 – Documentos utilizados para análise. Fonte: autoria própria.

A articulação entre os dados da entrevista e os dados visualizados em tais documentos constituem as discussões apresentadas na sequência do trabalho e possibilitam a compreensão de elementos que constituem a organização das ações de Educação Especial no município.

3. O SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO E A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SANTA MARIA/RS

Ao se buscar compreender a organização do sistema educacional inclusivo do município de Santa Maria/RS, pode-se dizer que a leitura dos documentos já mencionados anteriormente tiveram um importante papel para o desenvolvimento deste trabalho. Por meio deles foi possível identificar informações que traziam como ênfase a Educação Especial e a Educação Inclusiva, podendo assim correlacioná-los a algumas questões que estiveram presentes durante a realização da entrevista.

Tais elementos possibilitaram compreender como está orientada e estruturada a educação de alunos com deficiência na presente cidade, bem como visualizar as práticas que vem sendo desenvolvidas neste âmbito educacional. Neste sentido, algumas das questões levantadas no momento da entrevista e que se destacaram com maior relevância no ponto de vista de contribuição para a compreensão do sistema educacional inclusivo de Santa Maria foram aqui discutidas.

Como ponto de partida, buscou-se entender como a Secretaria de Município da Educação – SMEd se estruturava em termos de equipe de profissionais para pensar a educação inclusiva. Através dos relatos da entrevistada, foi possível compreender que a Secretaria possui toda uma estrutura de profissionais organizada através de equipes, sendo que por meio destas são desenvolvidas as ações condizentes a área de atuação de cada um desses profissionais. Isso pode ser identificado quando a entrevistada apresenta que:

Nós temos na SMEd diferentes coordenações. Nós temos coordenação de Educação Infantil, coordenação de Ensino Fundamental anos iniciais, coordenação de Ensino Fundamental anos finais, de EJA, de Educação Especial e quando nós chegamos na casa, eu e minha colega da coordenação da Educação Especial, nós identificamos que o nome que se tinha era coordenação da educação inclusiva para a área da Educação Especial então como que se Educação Especial fosse sinônimo de educação inclusiva. Então isso foi uma questão que nós buscamos reorganizar, então nós não somos coordenadoras da educação inclusiva, educação inclusiva é toda a SMEd, porque educação inclusiva ela é um paradigma da educação e não apenas da Educação Especial. Então nós passamos a redefinir a nossa função como coordenação da Educação Especial e somos todos responsáveis pela educação inclusiva que é para além do público alvo da Educação Especial. A SMEd abrange toda a transversalidade da Educação Especial que perpassa a educação inclusiva. Uma outra questão que nos começamos a redirecionar é que geralmente nós somos chamadas nas escolas para ver algum

caso específico de Educação Especial, quando é um caso da Educação infantil, vai coordenação de Educação Especial e Coordenação de Educação infantil, porque aquele aluno tem que ser pensado e inclusive receber apoio da secretaria não apenas da Educação Especial. Se ele está na modalidade EJA, vai a Educação Especial e a coordenação da EJA, se ele está dentro da etapa da Educação infantil, vai a coordenação de Educação Especial e a coordenação de Educação infantil. Por que nós podemos orientar as colegas bem específico em relação ao Atendimento Educacional Especializado, mas também tem uma demanda que envolve questões de sala de aula que contamos com o colega coordenador da etapa para que possa auxiliar junto neste processo de orientações. Então toda a casa tem pensado dentro da SMEd a educação inclusiva como uma perspectiva da educação e não como sinônimo da Educação Especial.

Entendemos que a educação inclusiva no município vem sendo pensada como uma perspectiva da educação e não como sinônimo de Educação Especial, verifica-se que a educação inclusiva deste município vem sendo prevista pela Secretaria sobre o entendimento de que a mesma seja abrangente a todas as etapas de ensino. Além disso, cabe-se dizer que a educação inclusiva passa a ser vista também como uma responsabilidade e um compromisso que deve vir a ser assumida por todos os sujeitos que compõem o sistema educacional, bem como os de fora dele e não como algo pertencente apenas a área da Educação Especial ou do (a) educador (a) especial.

Para Romito et al (2011 *Apud* MITTLER, 2003, p.3):

[...] a escola inclusiva deve atender ao pluralismo cultural do seu alunado e buscar respostas individuais para as necessidades especiais individuais. Se antes cabia ao aluno com deficiência se adaptar a escola, agora, dentro da concepção da escola inclusiva, é ela quem deve se adaptar ao aluno. Para que isso ocorra, conjugam-se as responsabilidades do professor da turma aonde o aluno se encontra, do diretor, dos demais dos servidores da escola, para discutirem sobre os mecanismos que devem ser utilizados para se encontrar uma resposta exitosa à diversidade.

Dessa forma, por meio da realização de um trabalho de articulação e parceria, torna-se concebível à escola a possibilidade de pensar em estratégias de melhor acomodação à esses alunos. Isso só será realizável por meio do desenvolvimento de ações conjuntas em prol de uma inserção adequada e condizente a esses estudantes que se encontram em processo de inclusão escolar, a fim de garantir e possibilitar a permanência dos mesmos na escola, a qual representa um direito.

Dando continuidade ao processo de entrevista, ao se buscar saber quais eram as principais diretrizes da SMEd com relação a Educação Especial e sua organização diante do contexto educacional inclusivo, identificou-se que a Secretaria

possui dois principais documentos. Por meio deles são expostas as principais ideias previstas a serem desenvolvidas no município, estando estas relacionadas ao sistema educacional e centradas especificamente na área da Educação Especial. Isso pode ser identificado a partir do relato da entrevistada quando a mesma diz que:

Na secretaria nós temos a Resolução 31 de 2011 que é a Resolução que define as Diretrizes curriculares para a Educação Especial na rede municipal e nós temos também o Plano Municipal de Educação que está em vigência e que nós estamos buscando atingir as metas contempladas por ele. Então nós temos um plano de aplicação e nós temos metas a pequeno, médio e longo prazo [...] todas as nossas Diretrizes passam desses documentos maiores do conhecimento de rede que nós temos. Envolve desde a formação de professores e que agora neste ano nós estamos em um processo de formação de monitores. Nós temos uma grande dificuldade com os monitores por que nós não temos o cargo, nós temos a contratação via CIEE, então nós temos uma grande rotatividade. Nós vamos ter agora a primeira formação envolvendo 80 monitores, nós temos atualmente 174 monitores na rede. [...] a ideia é fazer a formação pra esses 80, gravar as formações que vão ser realizadas neste primeiro momento e na continuidade também ir gravando essas formações e criar um link onde a escola possa ter um acervo de formações de profissionais de apoio, aonde mesmo saindo/trocando o monitor ela possa ter já a formação ali. Que o monitor chegue e possa ter acesso a esses dados já ofertados em outros momentos, até que a gente consiga estabelecer a possibilidade de cargo. Nós não temos ainda no município a previsão de criação de cargo de profissional de apoio, [...]

Ao olhar para o relato da entrevistada, compreende-se que uma das questões apontadas diz respeito ao profissional de apoio/monitor¹. A única formação exigida para que alguém possa atuar nesta função nas escolas é a formação de nível médio, sendo que esta atuação também poderá acontecer por meio de estágio remunerado. Segundo a Resolução CMESM nº 31, de 12 de dezembro de 2011, Art 32:

§ 1º – O Profissional de Apoio Especializado atua no apoio aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que apresentem alto grau de dependência no desenvolvimento das atividades escolares.

§ 2º – É atribuição do Profissional de Apoio Especializado auxiliar nas atividades de cuidado, de higiene, de alimentação e de locomoção, observadas as especificidades de cada contexto institucional.

§ 3º – Não é atribuição do Profissional de Apoio Especializado desenvolver atividades educacionais voltadas à dinâmica curricular e nem responsabilizar-se pelo ensino e aprendizagem do aluno público alvo da Educação Especial.

§ 4º – O Profissional de Apoio Especializado deve participar de cursos de capacitação e de formação continuada oferecidos pela mantenedora ou outra instituição (p. 12).

¹ Termo utilizado no contexto escolar para referir-se ao profissional que atua na sala de aula regular com os alunos em situação de inclusão escolar.

Verifica-se a partir disso que o profissional de apoio/monitor é visto como um meio para que a efetivação da inclusão escolar ocorra seguindo-se sobre uma perspectiva de igualdade de condições no que se refere ao sistema educacional. Partindo-se dessas ideias e pensando-se nos relatos da entrevistada, no que se refere a questão do desenvolvimento e realização de formações específicas para esses profissionais de apoio/monitores, partiu-se para a leitura dos documentos mencionados pela mesma a fim de melhor compreender como isso vem sendo pensado e planejado pela Secretaria.

Fica evidente ao se ler o Plano Municipal de Educação, que este traz em sua meta 4 a estratégia 4.17) que há uma previsão de “garantir a oferta anual de cursos de capacitação para profissionais de apoio que atuam na educação inclusiva, a fim de instrumentalizá-los sobre o atendimento aos estudantes da Educação Especial;” (p.11). Com isso, fica claro tanto no relato da entrevistada, quanto no fragmento coletado e exposto anteriormente, que existe uma preocupação e um empenho por parte da Secretaria Municipal pela busca da realização de formações junto a esses profissionais que atuam no município, a fim de melhor qualificá-los para a execução de suas atividades junto aos alunos.

A partir disso, é possível gerar contribuições tanto para esses profissionais, que passarão a estar mais preparados e qualificados para a sua atuação, quanto para os alunos que se beneficiarão dessas novas aprendizagens adquiridas pelo profissional que atua junto a ele no ambiente escolar.

A entrevistada ainda trouxe em seu relato nesta mesma pergunta que:

[...] a partir da nossa Resolução, a partir do Plano Municipal de educação, a partir do mapeamento de rede, nós criamos o nosso plano de ação que envolve essas ações [...]. Dentre elas também, a tentativa de que não tenhamos mais Educadores Especiais de 10 horas no município. Atualmente nós contamos sim com escolas que tem o Atendimento Educacional Especializado organizado através da atuação de um Educador Especial de 10 horas, [...] a nossa ideia é que a cada educador nomeado a gente vá diminuindo essas 10 horas. [...] a nossa tentativa é não abrir mais escolas com 10 horas, então a cada nomeação, essa nomeada vai dando conta dessas 10 horas e essas professoras que estão em situação de 10 horas vão passando a ter 20 horas. Isso é claro que como a gente trabalha com a ideia de rede, às vezes pode sim ter a demanda de uma escola específica que precise de 20 horas e a gente tenha que interromper esse processo num momento específico, mas a ideia é que a partir de agora não abrir mais lotações em escolas envolvendo 10 horas.

Com base nisso e posterior continuidade na leitura do documento do Plano Municipal de educação, percebeu-se que este também traz em sua meta 4 referências no que diz respeito a carga horária do professor de Educação Especial, sendo esta mencionada a partir da seguinte estratégia:

4.24) assegurar ao professor de Educação Especial, de no mínimo 20 horas, nas escolas da rede pública e privada, ampliando carga horária ou número de profissionais conforme demanda da instituição, garantindo o desenvolvimento de práticas de Educação Especial, por meio do ensino colaborativo e do atendimento educacional especializado. (p.11).

Neste sentido, entende-se que ao se propor que o professor de Educação Especial passe a desenvolver uma mínima de atuação de 20 horas na escola, acaba-se por se gerar benefícios neste ambiente onde antes este profissional atuava 10 horas. Isso pode ser considerado pelo fato de que este professor passará a apropriar-se de um maior tempo de contato junto a escola e os sujeitos que nela atuam, bem como com os alunos que atende, sendo que quando o professor possui mais de 10 horas na escola a realização do Atendimento em Educação Especial no contra turno pode se tornar mais organizado.

A partir disso, verifica-se que estas metas citadas pela entrevistada é algo que já vem sendo almejado há algum tempo pela Secretaria e que estão caminhando significativamente em direção a sua concretização. São estratégias visadas para a melhoria e progresso dos serviços que são prestados pela área da Educação Especial pensando-se sempre pela busca do aperfeiçoamento dos serviços prestados aos alunos público alvo da Educação Especial.

Dando seguimento a entrevista, buscou-se saber o número de Educadoras (es) Especiais que atuam no município e se a maioria delas (es) possuíam graduação na área ou apenas especialização.

Para Baptista (2011) “Quanto às diretrizes para a ação desses profissionais, o Art.13 da Resolução 04/2009 do CNE-CEB indica que são atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado”:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (p.64).

Seguindo-se essas ideias e partindo-se para o relato da entrevistada, atualmente segundo ela o município possui cinquenta e cinco educadoras (es) especiais, possuindo a partir disso um total de sessenta matriculas e destas sessenta matriculas cinco estão em gestão escolar, sendo-se que para essas cinco pode-se prever suplementações. Deste total de Educadoras (es) Especiais quarenta e sete atuam 20 horas e oito 10 horas no município.

No que se refere a formação dessas (es) profissionais atuantes, a entrevistada trouxe que:

Nós temos 59 escolas com Atendimento Educacional Especializado, [...] até um determinado período, o município só abria concurso para Educadoras Especiais, então majoritariamente as professoras de Atendimento Educacional Especializado do município são Educadoras Especiais licenciadas. No entanto, nós também temos dentro do nosso jurídico a possibilidade de opção, então ocorreu de colegas com especialização assumirem o cargo de Atendimento Educacional Especializado, então nós temos essas duas realidades, mas a grande maioria são Educadoras Especiais licenciadas.

Para Garcia e Lopez (2011), no que se refere a dinâmica da Educação Especial ao longo da década:

[...] define-se o professor de AEE como profissional docente com formação específica, não mais definido como “especializado”. Para além do professor do AEE, outros profissionais são elencados: intérprete de Libras, instrutor de Libras, monitor/tutor, e o próprio professor regente das turmas de educação básica precisa ser formado de alguma maneira (p. 3).

Ao se fazer a leitura do documento que traz a Resolução CMESM nº 31, de 12 de dezembro de 2011, identificou-se que este apresenta em seu Título V,

questões referentes a formação e a atuação do profissional de Educação Especial, de forma que:

Art. 30 – Para atuar na Educação Especial, é necessária a formação inicial em cursos de licenciatura plena em Educação Especial. Parágrafo único - Para atuar no AEE o educador especial necessita ter formação específica, a qual poderá ser realizada em nível de complementação de estudos, pós graduação ou capacitação em serviço (p.11).

A partir da leitura, torna-se claro que para atuar no Atendimento Educacional Especializado qualquer profissional que tenha formação em alguma licenciatura e posteriormente capacitação na área de Educação Especial já poderá exercer essa função. No município de Santa Maria, conforme foi possível perceber pelos relatos da entrevistada, o número de professoras (es) licenciadas (os)² em Educação Especial atuantes é superior ao número de profissionais com especialização e/ou capacitação na área, sendo que isso se faz presente por ter sido uma opção do próprio município no momento de seus processos seletivos.

Ao se falar que para atuar na Educação Especial a formação em nível de graduação em alguns casos não é necessária, cabe a nós a reflexão de pensar em até que ponto isso pode ser significativo e favorável para o aluno e também para esse professor. Acredita-se que nem sempre a possibilidade de atuação de um profissional apenas especializado seja significativa ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Isso pode ser considerado pelo fato de que um curso de capacitação/especialização muitas vezes não é capaz de contemplar e fornecer um conhecimento tão abrangente a esse profissional quanto o que a graduação na área poderia vir a proporcionar. Muitas vezes essa busca pela capacitação/especialização pode se dar pelo fato de ser um curso geralmente de curta duração, onde em pouco tempo o profissional já está habilitado e também pelo fato de que a partir do momento em que esse profissional passa a ter uma formação a mais em seu currículo, a ele outras oportunidades de serviços poderão ser ofertadas e exercidas.

² O município de Santa Maria vive privilegiado em termos de formação de professores em Educação Especial, pelo fato da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM ofertar atualmente três cursos de graduação (Diurno, Noturno e EAD).

Seguindo-se a entrevista, outra questão levantada dizia respeito a Sala de Recursos Multifuncionais³, a partir da qual buscou-se descobrir se a Sala de Recursos Multifuncionais é algo que se faz presente na maioria das escolas do município e de quantas escolas em média a possui. No que se refere a isso, a entrevistada trouxe que:

Não é de todas, nós temos 78 escolas na rede municipal e dessas 78, apenas 49 tem sala de recursos, nós temos como eu te disse 59 escolas com Atendimento Educacional Especializado, mas nem todas elas tem a sala de recursos. As últimas escolas cadastradas para receber a implantação da sala de recursos foi em 2014, foram 8 escolas indicadas pela secretaria de educação e dessas 8 nenhuma recebeu. A partir de 2014 nós não tivemos a implantação de nenhuma sala de recursos multifuncionais [...]. As escolas vão se organizando, a escola recebe verbas para fazer a gestão da sua manutenção e muitas escolas estão prevendo esse espaço assim como preveem o espaço da biblioteca, assim como preveem um espaço do refeitório, assim como preveem uma sala de vídeo. A sala de recursos é tão da escola como qualquer outro espaço, então assim como elas gestam a organização dos espaços para outros espaços pedagógicos elas também tem que gestar o espaço para a sala de recursos. Nós não temos em todas as escolas a Sala de Recursos Multifuncionais implantada pelo MEC, mas todas escolas que recebem a Educadora Especial elas se comprometem a organizar a sala de recursos para o atendimento.

Entende-se que toda a escola que possui a matrícula de algum aluno público alvo da Educação Especial e que possua Educador (a) Especial, deveria possuir o direito de ter a Sala de Recursos Multifuncionais. Ropoli et al (2010) apresenta que:

O Ministério da Educação, com o objetivo de apoiar as redes públicas de ensino na organização e na oferta do AEE e contribuir com o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino, instituiu o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, por meio da Portaria Nº. 13, de 24 de abril de 2007. Nesse processo, o Programa atende à demanda das escolas públicas que possuem matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotados/altas habilidades, disponibilizando as salas de recursos multifuncionais, Tipo I e Tipo II. Para tanto, é necessário que o gestor do município, do estado ou do Distrito Federal garanta professor para o AEE, bem como o espaço para a sua implantação (p. 31).

Pelo que deu para se perceber a partir dos relatos da entrevistada, nem sempre será possível a essa escola dispor deste espaço conforme se espera, e conforme os documentos apontam. Como exemplo disso, podemos citar o caso de 2014 que a entrevistada trouxe, em que das oito escolas indicadas e cadastradas no

³ Local da Escola ou do Centro no qual se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Resolução CMESM nº 31/2011, p.9.

município de Santa Maria para receberem a implantação da Sala de Recursos, nenhuma recebeu.

Neste caso resta a escola o papel de comprometimento e mobilização em busca da organização de um espaço que comporte a realização deste serviço da melhor maneira que lhe for possível, conforme as suas capacidades de acomodação. No que se refere aos dois tipos de Sala de Recursos Multifuncionais mencionados anteriormente, Ropoli et al (2010) traz que:

As Salas de Recursos Multifuncionais Tipo I são constituídas de microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora laser, teclado e colméia, mouse e acionador de pressão, laptop, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário, quadro melanínico. As Salas de Recursos Multifuncionais Tipo II são constituídas dos recursos da sala Tipo I, acrescidos de outros recursos específicos para o atendimento de alunos com cegueira, tais como impressora Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, software para produção de desenhos gráficos e táteis (p. 31).

Analisando-se o que foi disposto e partindo-se do conhecimento adquirido através das vivências nas escolas⁴, é relevante apresentar que em algumas situações a existência desses materiais e equipamentos mencionados como constituintes das Salas de Recursos Multifuncionais não se faz presentes. Entende-se que a existência da Sala de Recursos representa a garantia da existência de materiais adequados para as aprendizagens dos alunos, e portanto, sua ausência no espaço da escola pode resultar em práticas não tão significativas diante das dificuldades apresentadas por eles.

Com relação aos números de alunos que encontram-se em processo de inclusão matriculados atualmente no município e aos dados de crescimento desses números nos últimos anos, a entrevistada indica que:

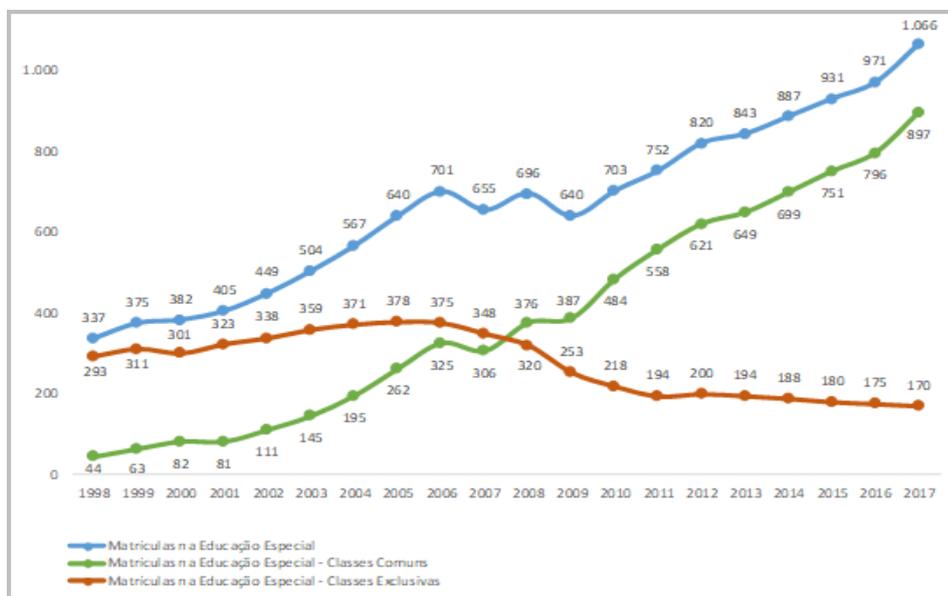
[...] aumenta gradativamente, nós estamos em fase de implementação dos relatórios parciais do censo, mas segundo o censo de 2017 nós temos 482 alunos em Atendimento Educacional Especializado no município, mas esse número vem aumentando gradativamente, o que eu posso te dizer que esse mesmo sendo um dado do censo de 2017 é um dado que ainda não era o correto em 2017. Nós tivemos a escola “x” que passou a ter essas atividades a partir do ano passado, na

⁴ Vivências ocorridas ao longo dos quatro anos de formação, e especificamente durante a realização dos três estágios supervisionados que constituem a matriz curricular do Curso, no 6º, 7º e 8º semestres.

época de lançamento dos dados do censo não havia Educadora Especial na escola, então foi a partir dali que nós começamos a fazer todo um levantamento de mapeamento da chegada dela na escola. A escola tem 26 alunos, então são 26 alunos de 2017 que não constam nesses dados, mas dados que a gente pode dizer que são oficiais são 482 em 2017. Nós estamos retirando os relatórios parciais de 2018 [...]. Considerando que vão entrar 26 dessa nova escola e pela demanda que a gente tem percebido também pela solicitação de profissionais de apoio esse ano vai ter um aumento.

Levando-se em conta o relato exposto acima, em que a entrevistada traz que o número de alunos em processo de inclusão na presente cidade “aumenta gradativamente”, partiu-se em busca de dados que mostrassem isso a fim de melhor visualizar esses números e compreender como estes acontecem. Dessa forma, em pesquisa aos dados do MEC do ano de 2017, encontrou-se em linhas gerais que essa questão de aumento de matrículas é algo que se vem fazendo presente já a algum tempo nas escolas brasileiras, conforme apresenta-se na figura 1:

Figura 1 –Total de matrículas da Educação Especial, nas Escolas Regulares/Classes Comuns e Escolas Especiais e Classes Especiais – Brasil –1998 a 2017.



Fonte: Documento disponibilizado para consulta pública referente a atualização da Política Nacional de Educação Especial disponível em: <http://pnee.mec.gov.br/integra>.

Neste sentido, fica evidente que não é apenas nas escolas da cidade de Santa Maria que esses números de alunos em processo de inclusão se elevaram ao logo dos anos, mas é algo que se faz presente em outras cidades, em outros

contextos educacionais. Percebe-se que na transição dos anos de 2007 para 2008 houve um aumento significativo no que se refere ao número de matrículas na Educação Especial - Classes Comuns, ao mesmo passo em que as matrículas na Educação Especial - Classes Exclusivas diminuem.

Pensa-se que esse acréscimo aos números em relação as matrículas pode vir a estar relacionado com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, sendo que a partir desta o uso da expressão “inclusão escolar” passou a se tornar cada vez mais presente tanto dentro do âmbito escolar quanto fora dele. Porém, o que muitas vezes acaba acontecendo é que algumas escolas que talvez nunca haviam recebido antes alunos com algum tipo de deficiência, a partir desta Política de 2008, passaram a receber a matrícula desses alunos considerados como público alvo da Educação Especial.

No que se refere a inclusão escolar, Rech (2011) diz que:

Atualmente, esse movimento configura-se como uma nova perspectiva para a escola, trazendo para dentro todos aqueles alunos que estavam fora, por meio de programas governamentais, políticas educacionais, de assistência e de previdência. [...], pois o Ministério da Educação (MEC), após a elaboração da nova *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, de 2008, tem potencializado as ações em prol da inclusão escolar. [...], esse documento orienta a obrigatoriedade da educação escolar regular para todas as crianças, independentemente de suas características, deficiências, condições e possibilidades de permanência (p.19, Grifo do autor).

No entanto é preciso ter claro que números relativos ao aumento de matrículas de alunos em processo de inclusão escolar não garantem, por si só, que as aprendizagens desses alunos estejam ocorrendo. Segundo Acorsi (2009) a inclusão se transformou em mais uma “metanarrativa escolar, uma verdade que dispensa questionamentos e que tem sido ‘apresentada’ a partir de estatísticas que demonstram ‘seu sucesso’.”(p. 171).

A autora ainda traz que:

Do latim *includere*, “incluir”, segundo o dicionário, tem como primeiro significado “inserir, pôr, colocar para dentro” (Wikcionário, 2007). Com base nesse significado, incluir resume-se, então, a abrir os portões da escola a todas as crianças, colocando todas para dentro. É através desse viés que penso ser possível localizar a problemática da inclusão escolar nos dias de hoje, na medida em que, na maioria dos casos, incluir tem se resumido apenas a *estar junto* em um mesmo espaço. De certa forma, isso vem sendo reforçado pelas estatísticas, que apontam o crescimento no número de matrículas de alunos com deficiência na escola regular. Essas

estatísticas dizem apenas do acesso dos chamados “alunos de inclusão” à escola regular, mas não tratam de “mensurar” os índices de permanência ou de aprendizagem das crianças no espaço escolar (p.172, grifos da autora).

Neste sentido, faz-se necessário que a escola se movimente pela busca de estratégias que melhor acomode o recebimento destes alunos em processo de inclusão. Mas não só isso, é preciso uma atuação pautada na reflexão pela busca do pensar no desenvolvimento de um trabalho organizado a partir de práticas pedagógicas centradas em termos de aprendizagem e não apenas em números de matrícula.

Uma das possibilidades de organização pedagógica que tem se mostrado potente para as aprendizagens dos alunos é a realização do ensino colaborativo. No que se refere ao ensino colaborativo, Capellini (2008) afirma que:

O trabalho em equipe, portanto, pode ser entendido como uma estratégia concebida pelo homem para desenvolver uma tarefa difícil e alcançar resultado mais efetivo. Tais estratégias, que a princípio garantiram a sobrevivência, hoje podem ser empreendidas de forma mais efetiva em processos de ensino e aprendizagem. A colaboração está relacionada com a contribuição, ou seja, o indivíduo deve interagir com o outro, existindo ajuda mútua ou unilateral (p. 6).

Com relação ao ensino colaborativo a entrevistada relata que:

[...] ainda não é uma prática efetiva em todas as escolas, até por que quando nós fomos fazer o mapeamento das demandas de formação com as colegas da Educação Especial esta foi a temática que surgiu como prioritária. O ensino colaborativo também é uma das metas que está no nosso Plano Municipal de Educação e posso te dizer que as escolas de Educação Infantil elas já tem isso mais consolidado do que em relação as escolas de Ensino Fundamental.

A partir disso e levando-se em consideração o fato do ensino colaborativo ser uma das metas do Plano Municipal de Educação conforme afirma a entrevistada, buscou-se na leitura deste documento localizar essa meta a fim de buscar maiores informações acerca disso. Dessa forma, foi possível constatar que essa ideia encontra-se na meta 4 a qual esta busca por:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, público alvo da Educação Especial, o acesso à Educação Básica, ensino colaborativo e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com total garantia de atendimento aos serviços especializados e também qualificação dos professores para o atendimento destes alunos, em

regime de colaboração entre as redes públicas e privadas, resguardadas as responsabilidades, conforme legislação (p. 9).

Especificamente no que se refere ao ensino colaborativo em si, este é mencionado nas estratégias 1.26, 4.5, 4.7, 4.9 e 4.24. Na estratégia 1.26, esta menciona que busca “garantir ensino colaborativo com professor de Educação Especial em turmas com até 2 alunos público alvo da Educação Especial matriculados na Educação Infantil;” (p.5). Na estratégia 4.5 é apresentado que esta busca:

[...] garantir, até o segundo ano de vigência do PME, o desenvolvimento de práticas pedagógicas em Educação Especial, por meio do ensino colaborativo e do atendimento educacional especializado nas escolas de Educação Infantil que atendem crianças de 0 a 5 anos e 11 meses da rede pública e privada, com implementação de salas de recurso multifuncionais adequadas a essa faixa etária; (p.9).

Dando continuidade, em sua estratégia 4.7 é apresentado que esta busca “assegurar o ensino colaborativo, através de suas respectivas mantenedoras para o público alvo da Educação Especial, a contar da aprovação do PME;” (p.10). Na estratégia 4.9, o documento diz que busca por:

[...] garantir o desenvolvimento de práticas pedagógicas em Educação Especial, tais como ensino colaborativo e atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino pública e privada, assegurando um sistema educacional inclusivo, sobre responsabilidade das mantenedoras; (p.10).

Por fim, na estratégia 4.24, apresenta que esta busca:

[...] assegurar ao professor de Educação Especial, de no mínimo 20 horas, nas escolas da rede pública e privada, ampliando carga horária ou número de profissionais conforme demanda da instituição, garantindo o desenvolvimento de práticas em Educação Especial, por meio do ensino colaborativo e do atendimento educacional especializado; (p.11).

Por meio da leitura deste documento foi possível visualizar de forma mais ampla as ideias trazidas pelo sujeito desta pesquisa durante o levantamento da pergunta. Dessa forma passou-se a compreender melhor sobre quais são essas estratégias mencionadas pela entrevistada, bem como compreender o que cada uma delas almejam em relação ao que se refere ao ensino colaborativo no sistema educacional do município.

Em continuidade ao seu relato a entrevistada acrescenta que:

Hoje o que ocorre muito é em relação as práticas individuais de cada Educadora Especial, então tem Educadoras Especiais que já tem isso mais consolidado e tem outras que relatam às vezes até a dificuldade frente a demanda do número de alunos que se tem. Eu sei que não há um consenso em relação aos conceitos que se tem de Atendimento Educacional Especializado e ensino colaborativo, tem perspectivas que tratam isso como práticas de Educação Especial distintas. Nós enquanto gestão entendemos que o ensino colaborativo ele faz parte da Educação Especial e como hoje a Educação Especial ela está organizada através do Atendimento Educacional Especializado dentro das escolas o ensino colaborativo ele é prática do AEE, então quando nós temos lá dentro das funções do profissional da AEE a articulação com o professor de sala de aula, nós entendemos que a articulação pode se dar também através do ensino colaborativo.

Neste sentido, cabe dizer que o ensino colaborativo vem sendo pensado como sendo uma prática de parceria essencial em benefício ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos em processo de inclusão quando estes estão na classe regular de ensino.

Segundo Ropoli et al (2010):

Os professores comuns e os da Educação Especial precisam se envolver para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo. As frentes de trabalho de cada professor são distintas. Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento, e ao professor do AEE cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular (p.19).

É por meio dessa parceria que é possibilitado ao professor da classe comum e ao Educador (a) Especial a reflexão pela busca da melhor maneira de desenvolver as práticas de ensino no momento de atuação junto a esses alunos. Ropoli et al (2010), traz ainda que:

As funções do professor de Educação Especial são abertas à articulação com as atividades desenvolvidas por professores, coordenadores pedagógicos, supervisores e gestores das escolas comuns, tendo em vista o benefício dos alunos e a melhoria da qualidade de ensino (p.19).

Pode-se dizer que esses profissionais ao desenvolverem um trabalho em conjunto, as dúvidas, incertezas, saberes, conhecimentos e experiências de um, passam a contribuir na atuação do outro, gerando-se assim para ambos a

possibilidade de desenvolvimento de práticas de ensino mais favoráveis para esses alunos. Dessa forma, garante-se maiores chances e possibilidades aos alunos em processo de inclusão de estarem em contato com propostas de ensino mais condizentes as suas particularidades.

Outra questão que contribuiu para a pesquisa foi no que se refere a formação continuada de professores, ou seja, se há ações específicas quanto a isso no município. Conforme relatou a entrevistada:

Nós temos sim essas formações, na verdade a gente não tem encontros mensais porque o que nós temos identificado é que nós fizemos formações mais longas, de um dia inteiro e isso muitas vezes impacta nas escolas que justamente tem professores de 10 horas né [...]. Nós organizamos uma demanda em que elas pudessem mapear quais eram as principais demandas de formação delas, porque não adianta nós chegarmos com a nossa ideia do que é demanda de formação sem ouvir as colegas. Então, [...] como nós tivemos naquele momento uma parceria que nós poderíamos abrir, nós abrimos a primeira proposta que era sobre Altas habilidades e uma segunda proposta do ensino colaborativo e uma outra questão que nós temos feito é aproveitar as formações não apenas das propostas exclusivamente para as Educadoras Especiais, mas por exemplo, na semana municipal da pessoa com autismo, nós usamos aquelas formações para a formação das colegas, então nós mandamos convite né, para que elas pudessem participar, então naquele mês como a gente já sabe que se tem uma saída da escola na semana, a gente aproveita aquela temática que são ações muitas vezes desenvolvidas de forma colaborativa com a SMEd, para que a colega possa estar tendo acesso a essa formação [...]. Uma outra proposta que nós trouxemos também, são formações envolvendo não somente a área da Educação Especial, por exemplo, nós fizemos formações específicas para estimulação essencial envolvendo não só as Educadoras Especiais da Educação infantil, mas também os professores de berçário, [...]. Então são outras ações que nós temos buscado e que está dentro do nosso plano de ação, formações envolvendo para além das ações da Educação Especial envolvendo também, por exemplo na EJA, por exemplo no ensino fundamental e na educação infantil. Até agora nós promovemos essa de estimulação essencial envolvendo professores de berçário e Educadores Especiais, mas daí específicos não para todos Educadores Especiais, Educadores Especiais que atendem em escolas de educação infantil que possuem berçário [...]. Uma outra questão que nós estamos buscando implementar [...] é que todas as formações que estão ocorrendo de formas mais específicas [...] ter essas formações também em ambiente Moodle porque por exemplo, a gente sabe que temos algumas colegas que não tem apenas a matrícula conosco na rede municipal mas também na rede estadual e às vezes fica difícil delas se reorganizarem para estar presente na nossa formação, então delas terem no ambiente Moodle todo o material que foi disponibilizado na formação e espaços de fórum para que elas possam acompanhar, mas é uma questão assim que a gente vai ter que avançar um pouquinho.

Entende-se a partir do que foi exposto acima que a Secretaria do município possui uma preocupação pela busca da melhor forma de realizar e desenvolver as

suas formações continuadas junto aos seus professores, tal ideia pode ser identificada também através da Resolução CMESM Nº 31, de 12 de dezembro de 2011, em que no seu Art. 34 apresenta que:

Aos gestores, professores e educadores especiais que se encontram em efetivo exercício nas Instituições Escolares, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria, a mantenedora deverá oportunizar a formação continuada, tendo por base temáticas sobre educação inclusiva, relacionadas à Educação Especial, de maneira a priorizar:

I – a sensibilização e percepção das necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

II – a articulação da ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento às necessidades especiais de aprendizagem;

III – a avaliação contínua e adequada ao processo educativo;

IV – educação para a diversidade contemplando a responsabilidade social e coletiva da equipe escolar(p.12).

Partindo-se desses dois elementos (a fala da entrevistada e as diretrizes apresentadas no documento) é possível verificar que a realização dessas formações é algo que está previsto em documentos e que é uma prática existente no município. Percebe-se que em um primeiro momento existe toda uma busca por compreender quais são os desejos de formação presente entre esses profissionais, para que posteriormente a isso passa-se a buscar pela realização dessas formações, conforme as necessidades mencionadas por esses professores.

Esta ideia de desenvolver um trabalho de formação tendo como foco o conhecimento da realidade e das necessidades dos profissionais envolvidos para posteriormente desenvolver a ação de formação é apoiada por Prieto (2007), quando esta traz que:

Considera-se, pois, que para se planejar políticas de formação continuada de professores deva-se ter conhecimento de dados que caracterizem a rede de ensino e os serviços especializados, bem como os profissionais que neles atuam. Se o princípio norteador da política educacional é atender os alunos em suas necessidades educacionais especiais, preservando-lhes o direito a estudar em escolas comuns, junto aos demais alunos, os gestores devem partir de informações sobre o que dispõem no sistema de ensino, tanto no quesito materiais e equipamentos, entre outros componentes, quanto a seus profissionais, com destaque para sua qualificação (p. 87).

Cabe dizer, que o desenvolvimento de formações continuadas de professores é um processo imprescindível de busca pelo aperfeiçoamento na vida profissional desses sujeitos envolvidos. É uma prática que promove um movimento de troca de

informações entre os envolvidos, favorecendo-se assim uma aquisição de saberes a partir do compartilhamento de ideias e experiências, possibilitando-se dessa forma um progresso para a atuação desses docentes nas escolas junto aos seus alunos.

No que se refere ainda aos planos de formação de professores da cidade de Santa Maria, fica evidente que a Secretaria possui uma mobilização pela busca de formações que contemplem outras áreas específicas e não somente a da Educação Especial em si. Possui-se ainda, metas e planos que visam exclusivamente a melhoria na realização das mesmas, bem como incluindo novas possibilidades de acesso para a participação daqueles profissionais que por ventura não possam se fazer presentes nos encontros de formação.

A Educação Especial ao dividir o seu espaço de formação junto as outras áreas, partilha e apropria-se de novas ideias e experiências, sendo que isso possibilita um enriquecimento na vida profissional desses professores. Este contato é capaz de promover uma evolução nas competências desses profissionais levando a afetar significativamente no campo de atuação dos envolvidos.

Por fim, perguntamos à entrevistada sobre os principais avanços e dificuldades com relação a articulação entre as práticas de Educação Especial e o ensino comum no contexto da escola inclusiva. Neste sentido, ela trouxe que:

Olha, eu vejo que nós ainda temos bastante questões a serem superadas, eu penso que nós avançamos bastante e eu não falo isso da nossa gestão, eu falo que isso é uma construção que vem muito antes de nós né. Já se tinha desde que eu entrei no município [...] toda uma perspectiva de avanços e isso também se deu muito em função do olhar que se deu para a Educação Especial, das políticas que se teve em relação as Salas de Recursos né, então, muito se avançou nos últimos anos em relação a esse aspecto [...]. No entanto, eu percebo que nós não temos ainda uma unidade em relação a questão da rede municipal né, como eu te disse, nas escolas de educação infantil nós temos muitos relatos de que já há uma articulação muito forte, [...] nós temos por exemplo o local "x" que poucas vezes os alunos são atendidos em Sala de Recursos né, porque a educação infantil ela se faz no dia a dia né, na pratica cotidiana, o Atendimento Educacional Especializado muitas vezes é realizado dentro da própria sala de aula junto através do ensino colaborativo e por isso que eu te digo, eu entendo que por ser uma prática de Educação Especial assim como o AEE né, o ensino colaborativo também pode ser desenvolvido pelo Atendimento Educacional Especializado por que quem desenvolve isso é o Educador Especial junto com o professor do ensino comum. No entanto, nós ainda temos o relato de outras escolas que é muito difícil se ter essa articulação em função da dificuldade do professor de sala de aula não ter o planejamento né, de em

função de não se terem reuniões pedagógicas de formas tão regulares, de muitas vezes não se ter um entendimento dessa necessidade de articulação [...] eu penso que tem que ser de forma articulada para que nós possamos continuar avançando de ter sim as orientações necessárias da SMEd para os gestores, nós precisamos sim ter momentos de formação com os Educadores Especiais, mas nós precisamos também de uma iniciativa dos Educadores Especiais junto a suas escolas para que se possa ter mais avanços em relação a essa articulação do AEE com o ensino regular né, mas como eu te disse, algumas escolas já avançaram mais em relação a isso, outras um pouco menos e é toda uma questão de contextual. É mais difícil sim nas escolas que os profissionais tem 10 horas, porque eles tem toda uma demanda e sempre que a gente tem ido a gente tem orientado justamente isso né, com 10 horas eu não consigo sentar com o professor, mas o que é prioritário para o aluno “X” naquele momento né, é o Atendimento na sala de recursos ou é um momento de troca com o professor de sala de aula. [...] poder orientar esse professor, poder fazer trocas porque esse professor também tem muito conhecimento desse aluno [...], só que para isso é preciso ter uma compreensão da gestão né, de uma iniciativa do Educador Especial, de uma política de formação para esses Educadores Especiais e também ter um direcionamento nosso da casa para que possa até minimizar essas situações de 10 horas para que cada vez mais tenhamos profissionais de 20 horas nas escolas que possam de forma mais efetiva fazer essa articulação.

Fica claro a partir do relato da entrevistada, que mesmo o município já tendo se apropriado de avanços significativos no que se refere a educação inclusiva, algumas questões ainda necessitam ser superadas ou então melhoradas. Percebe-se de maneira geral que a principal dificuldade atualmente enfrentada é a pouca articulação existente entre os profissionais atuantes no ambiente escolar, estando esta presente entre os professores, da classe comum e o (a) Educador (a) Especial.

Isso não é um caso que se faz presente em todas as escolas e/ou unidades de ensino do município, mas de forma geral, essa falta de articulação é existente na maioria delas. Como relata a entrevistada, essa falta pode se dar “em função da dificuldade do professor de sala de aula não ter o planejamento⁵ [...], de em função de não se terem reuniões pedagógicas de formas tão regulares, de muitas vezes não se ter um entendimento dessa necessidade de articulação”.

Partindo-se para a leitura de alguns documentos do município, verificou-se que o documento que traz a Resolução CMESM Nº 31, de 12 de dezembro de 2011, apresenta em seu Art. 31, as atribuições do Educador Especial. No que se refere a isso, o documento traz como quinta atribuição ao Educador Especial “estabelecer

⁵ Ao se falar em planejamento, a entrevistada está se referindo a um dia destinado ao planejamento que não é disponibilizado a todas (os) as professoras (es).

articulação com os professores de turmas com alunos incluídos no ensino regular, acompanhando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como em outros ambientes da escola” (p. 11).

Verifica-se que essa questão de caber ao Educador Especial a realização do movimento pela busca da articulação com os demais membros da escola, é algo que se faz presente também nos relatos da entrevistada no momento em que esta trouxe que *“nós precisamos também de uma iniciativa dos Educadores Especiais junto a suas escolas para que se possa ter mais avanços em relação a essa articulação do AEE com o ensino regular”*. Com base nisso, pode-se dizer que o Educador Especial possui um papel muito importante no contexto escolar no que se refere a questão de partilhar e de buscar “junto aos demais docentes” ideias e propostas em benefício a atuação de cada um.

No que se refere a isso, é essencial dizer que não cabe exclusivamente ao Educador Especial essa busca pela articulação, mas sim deve ser algo que se desenvolva a partir de ideias previstas pelo próprio gestor (a) e/ou coordenador (a) da escola. Pode-se dizer isso pelo fato de que essa função não pertence ao Educador Especial e sim a estes outros profissionais, sendo que esta ideia também é encontrada na Resolução CMESM Nº 31, de 12 de dezembro de 2011, a qual apresenta em seu Art. 33 que “Compete à equipe diretiva garantir a efetivação da articulação pedagógica entre os educadores especiais e os professores de turmas com alunos incluídos, a fim de promover as condições de participação e aprendizagem” (p. 12).

Ropoli et al (2010), apresenta como sendo eixos de articulação:

- a elaboração conjunta de planos de trabalho durante a construção do Projeto Pedagógico, em que a Educação Especial não é um tópico à parte da programação escolar;
- o estudo e a identificação do problema pelo qual um aluno é encaminhado à Educação Especial;
- a discussão dos planos de AEE com todos os membros da equipe escolar;
- o desenvolvimento em parceria de recursos e materiais didáticos para o atendimento do aluno em sala de aula e o acompanhamento conjunto da utilização dos recursos e do progresso do aluno no processo de aprendizagem;
- a formação continuada dos professores e demais membros da equipe escolar, entremeando tópicos do ensino especial e comum, como condição da melhoria do atendimento aos alunos em geral e do conhecimento mais detalhado de alguns alunos em especial, por meio do questionamento das diferenças e do que se pode promover a exclusão escolar (p.19).

Partindo-se dessas ideias, pode-se dizer que mesmo o município de Santa Maria apresentando certas dificuldades no que se refere a articulação entre o Educador Especial e o professor da classe regular, verifica-se que existe um entendimento de quais são as causas das mesmas e que se possui uma perspectiva de superação das mesmas. Essa superação será possível por meio da realização de um trabalho que se desenvolva em conjunto e em parceria entre os profissionais atuantes no contexto escolar, possibilitando-se dessa forma maiores oportunidades de contato entre as áreas, além de favorecer a possibilidade de realização de um trabalho de atuação mais significativo frente aos alunos.

De maneira geral, ao concluir o processo de análise dos dados que compuseram esta presente pesquisa e também dos documentos utilizados para a realização da mesma, pode-se dizer que evidencia-se que o contexto educacional inclusivo de Santa Maria vem se desenvolvido de forma significativa. Pode-se considerar isso, a partir da percepção que se teve quanto ao envolvimento que a Secretaria de Município da Educação – SMEEd possui no que se refere ao desenvolvimento de ações, planejamentos e propostas que almejam o fortalecimento das práticas educacionais inclusivas que atualmente se desenvolvem na cidade.

Percebeu-se ainda que Secretaria possui o entendimento de que determinadas práticas que atualmente vem se desenvolvendo necessitam de melhorias, sendo que para isso há todo um envolvimento pela busca de como reorganizar essas práticas de forma que estas passem a operar de forma mais efetiva e significativa quanto ao contexto educacional inclusivo que atualmente se faz presente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar é uma realidade que muitas vezes torna-se um desafio para os envolvidos no processo de inserção do aluno na vida escolar, sendo que isso pode acabar impedindo que a inclusão destes alunos aconteça de forma significativa. Ao vivenciar ainda no sétimo semestre do curso relatos de uma professora da classe regular de ensino, atuante na cidade de Santa Maria – RS, a qual relatava os desafios enfrentados frente aos alunos que encontram-se em processo de inclusão na turma em que atua, é que o interesse pelo desenvolvimento do presente estudo deu-se como ponto de partida.

A partir daí surge o desejo de compreender como está organizada a gestão das práticas de Educação Especial no contexto da educação inclusiva no município de Santa Maria - RS. Tal compreensão pode ser construída através da parceria com a Secretaria de Município de Educação – SMed a qual contribuiu para o processo de realização deste trabalho.

Após pesquisar e analisar o contexto educacional inclusivo do município, pode-se dizer que atualmente alguns desafios são encontrados, estando estes diretamente relacionados a pouca articulação existente entre professor da classe regular de ensino e o Educador Especial; do ensino colaborativo ainda não ser uma prática efetiva em todas as escolas e da Sala de Recursos Multifuncionais não ser algo presente ainda em todas as escolas.

No que se refere a isso, percebe-se que ao mesmo tempo em que a Secretaria visualiza esses desafios, a mesma planeja ações e propostas com o intuito de que isso venha a ser superado. Percebe-se a partir disso, o compromisso assumido pela mesma frente ao sistema educacional da cidade, no que se refere pela busca do desenvolvimento de um trabalho que seja significativo aos seus alunos.

Falando-se em trabalho significativo, pode-se perceber que algumas das metas encontradas no Plano Municipal estão caminhando consideravelmente para a sua realização, referindo-se neste caso, ao desenvolvimento de formações específicas para os profissionais de apoio/monitores; oferta de formações para os professores cujas temáticas partem dos desejos e necessidades dos mesmos; proposição para que a carga horaria dos (as) Educadores (es) Especiais passe a se desenvolver a

partir de uma atuação de 20 horas e da preferência por contratações de Educadores (as) Especiais com graduação específica na área.

Neste sentido, ao concluir esse estudo foi possível concluir que as práticas que atualmente vem se desenvolvendo no município no que se refere a educação inclusiva apresenta um movimento significativo pela busca do fortalecimento do trabalho que já vem sendo realizado.

O desenvolvimento deste estudo foi de suma importância para a compreensão do atual contexto educacional inclusivo deste município, além de ter proporcionado uma experiência de envolvimento mais profundo em um assunto antes não investigado durante minha trajetória acadêmica no curso de Educação Especial. Assim, a realização desse estudo gerou contribuições tanto para mim, no sentido de ter tido a experiência de um contato mais profundo com assuntos educacionais inclusivos do município investigado, quanto para os leitores desta pesquisa, que ao passarem a ler tal estudo poderão compreender como o município têm se organizado em termos de práticas educacionais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ACORSI, R. "Tenho 25 alunos e 5 inclusões". In: LOPES, M. C; HATTGE, M. D. **INCLUSÃO ESCOLAR: Conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. Cap. x, p. 169-184.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação espacial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Separata de: **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 59-76, mai./ago. 2011. Edição Especial.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 17 out. 2018.

CAPELLINI, V. L. M. F., ZANATA, E. M., PEREIRA, V. A. Práticas educativas: ensino colaborativo: Práticas em Educação Especial e inclusiva na área da deficiência mental. Bauru, MEC/FC/SEE, 2008.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA MARIA. Resolução CMESM nº 31, de 12 de dezembro de 2011. Define Diretrizes Curriculares para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria – RS. **Secretaria de Município da Educação**, Santa Maria, RS. 2011. Disponível em: < <http://www.santamaria.rs.gov.br/smed/586-legislacao> > Acesso em: 30 out. 2018.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei municipal nº 5189, de 30 de abril de 2009. Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento do Poder Executivo Municipal, altera a Lei 4821, de 18 de Janeiro de 2005, e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Santa Maria**, Santa Maria, RS. 2009. Disponível em: < https://www.santamaria.rs.gov.br/docs/sic/lei_5189_estrutura_organizacional.pdf > Acesso em: 30 out. 2018.

GARCIA, R. M. C.; LOPEZ, G. M. B. Políticas de educação inclusiva no Brasil: uma análise da Educação Especial na educação infantil (2000-2010). Disponível em: <http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/04/politicas-de-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em 08 nov. 2018.

JUNIOR, A. F. B; JUNIOR, N. F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. Separata de: **Evidência**, Araxá, v. 7, nº 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: < https://met2entrevista.webnode.pt/_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf > Acesso em: 12 dez. 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PREFEITURA DE SANTA MARIA. Lei nº 6001, de 18 de agosto de 2015. Estabelece o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. **Secretaria de Município da Educação**, Santa Maria, RS. 2015. Disponível em: < <http://www.santamaria.rs.gov.br/smed/102-plano-municipal-de-educacao> > Acesso em: 30 out. 2018.

PREFEITURA DE SANTA MARIA. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Secretaria de Município da Educação**, Santa Maria, RS. 2001. Disponível em: < <http://www.santamaria.rs.gov.br/smed/586-legislacao> > Acesso em: 15 nov. 2018.

PRIETO, R. G. Análise de ações de um sistema municipal de ensino para formação de professores de Educação Especial. Separata de: **Revista do Programa de Pós graduação em Educação**, v. 13, nº 25, p. 84 - 95, jan./jun. 2007.

RECH, T. L. A emergência da inclusão escolar no Brasil. In: THOMA, A. S.; HILLESHEIM, B. **POLÍTICAS DE INCLUSÃO: gerenciando riscos e governando as diferenças**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. Cap. I, p. 19-34.

ROMITO, et al. Inclusão: um compromisso da Escola e da Sociedade. VII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. 2011, Resende – RJ. Anais eletrônicos. Disponível em < <https://www.aedb.br/seget/artigos2011.php?pag=118> > Acesso em: 18 nov. 2018.

ROPOLI, et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v.1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão escolar). Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192 > Acesso em: 15 nov. 2018.

ANEXO B - Autorização Institucional para realização da pesquisa⁶

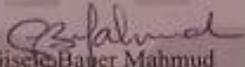
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTA MARIA
A CIDADE CIDADÃO DAS PESSOAS

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu Gisele Bauer Mahmud, Superintendente da Gestão Pedagógica da Secretaria de Município da Educação de Santa Maria, autorizo a acadêmica Katiani Lazzarotto, do Curso de Licenciatura em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria, a realizar seu Trabalho de Conclusão de Curso, envolvendo a entrevista com a Coordenação da Educação Especial desta Secretaria.

Atenciosamente,


Gisele Bauer Mahmud
Superintendente da Gestão Pedagógica da Secretaria de Município da Educação de Santa Maria
Portaria Nº77/2017

Santa Maria, 10 de Setembro de 2018.

Rua Venâncio Aires, nº 1934 - 3º Andar - SUCV - Centro - Santa Maria/RS
CEP: 97010-004 - Tel.: (55) 3921.7051 - www.santamaria.rs.gov.br

⁶ O título que consta neste termo passou por modificações durante o processo de escrita da versão final deste trabalho.